



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

LEI COMPLEMENTAR N 187 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A CRIAAO DE EMPREGOS DE PROVIMENTO PERMANENTE E DA ORGANIZAAO DA PROCURADORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 98 DA CONSTITUIAO DO ESTADO DE SÃO PAULO E ARTIGOS 44, IV, E 48 E SEUS INCISOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GUATAPAR E D OUTRAS PROVIDENCIAS.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIOES PRELIMINARES

CAPÍTULO UNICO

Art. 1 - Esta Lei Complementar cria e organiza a Procuradoria do Município de Guatapar-PMG, define suas atribuioes e dispoe sobre o regime jurídico dos integrantes da carreira de Procurador do Município.

Art. 2 - A Procuradoria municipal, órgão de natureza permanente,  responsável pela advocacia do Município, sendo orientada pelos princípios da legalidade, da indisponibilidade do interesse público, da unidade e da eficiência.

Art. 3 - Fica criado no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Guatapar, no Anexo IV, da Lei Complementar n.é 037 de 10 de fevereiro de 2005, com Referência 17-A, slrio de R\$ 3.799,97 (três mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), 04(quatro) cargos de Procurador do Município, de provimento permanente, bem como, o de Procurador Geral, cargo em Comissão, observado os requisitos do artigo 6 e seu parágrafo desta Lei Complementar.

 1 - A gratificao pelo exercício do cargo de Procurador Geral do Município, será de 100% (cem por cento) do slrio base.

TÍTULO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO E DE SUA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DAS ATRIBUIOES DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO

Art. 4 - São atribuioes da Procuradoria do Município, sem prejuízo de outras que lhe forem outorgadas por normas constitucionais e legais:

- I - representar judicial e extrajudicialmente o Município;
- II - auxiliar nas atividades de consultoria do Poder Executivo a que se refere o inciso I deste artigo;
- III - representar a Fazenda do Município perante o Tribunal de Contas;
- IV - promover a inscrição, o controle e a cobrança da dvida ativa municipal, juntamente com o Setor de Tributos;
- V - propor ou responder as aoes judiciais, de qualquer natureza, que tenham por objeto a defesa do erário ou do interesse público, bem como nelas intervir, na forma da lei;
- VI - realizar procedimentos administrativos, inclusive disciplinares, não regulados por lei especial;
- VII - acompanhar inquéritos policiais sobre crimes funcionais, fiscais ou contra a Administração Pública e atuar como assistente da acusação nas respectivas aoes penais, quando for o caso;
- VIII - patrocinar as aoes diretas de inconstitucionalidade, as aoes declaratórias de constitucionalidade e as arguioes de descumprimento de preceito fundamental propostas pelo Prefeito, acompanhando e intervindo naquelas que envolvam interesse do Município;
- IX - definir, previamente, a forma de cumprimento de decisoes judiciais;
- X - propor a extensão administrativa da eficácia de decisoes judiciais reiteradas;
- XI - promover, a uniformização da jurisprudência administrativa e da interpretação das normas, na Administração Direta;
- XII - manifestar-se sobre as divergências jurídicas entre órgãos da Administração Direta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

XIII - opinar previamente à formalização dos contratos administrativos, convênios, termos de ajustamento de conduta, consórcios públicos ou atos negociais similares celebrados pelo Município;

XIV - representar sobre providências de ordem jurídica reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das normas vigentes.

À 1 - A Procuradoria do Município, em caráter excepcional e em razão de relevante interesse público, poderá propor a contratação de jurista para a emissão de parecer sobre matéria específica, o que dependerá sempre de prévia autorização do Chefe do Poder Executivo do Município.

 2 - A representação extrajudicial atribuída à Procuradoria do Município não exclui o exercício das competências próprias do Prefeito e de seus auxiliares, na celebração de contratos e de outros instrumentos jurídicos.

 3 - Na formulação de propostas que tratem de matéria tributária, será colhida a prévia manifestação do órgão financeiro municipal.

 4 - As autoridades e servidores da Administração Municipal ficam obrigados a atender às requisoes de certidoes, informaoes, autos de processo administrativo, documentos e diligências formuladas pela Procuradoria Geral do Município, dispensando às respectivas requisoes tratamento prioritário.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 5 - A Procuradoria do Município de Guatapar – PMP - é dirigida pelo Procurador Geral do Município e integrada pelos Procuradores do Município.

Art. 6 - O Prefeito editar decreto para regulamentar o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Município, contendo rotina de trabalho dos Procuradores do Município, observados os princípios e às diretrizes desta Lei Complementar e a legislação hierarquicamente superior pertinente.

 1 – O Regimento Interno deverá detalhar e complementar o disposto nesta Lei Complementar quanto ao cumprimento, no âmbito da Procuradoria do Município, das atribuoes que lhes são afetas, bem como a organização interna

 2 - O Regimento Interno mencionado no “caput” deste artigo terá por base proposta formulada pelo Procurador Geral do Município.

CAPÍTULO III



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O Procurador Geral do Município, responsável pela orientação jurídica e administrativa do órgão, de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito, deve ser advogado, de ilibada conduta e com mais de 5 (cinco) anos de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo nico – A escolha do Procurador Geral do Município recairá entre os Procuradores do Município em atividade confirmados na carreira.

Art. 8º - Além das competências previstas em lei, cabe ao Procurador Geral:

- I - fixar a orientação jurídica e administrativa do rgo;
- II - planejar a atuação funcional da Procuradoria Geral do Município, definir objetivos estratégicos, diretrizes e programas de metas, bem como providenciar os meios e os recursos necessários à sua consecuao;
- III – encarregar-se do relacionamento da Procuradoria Geral do Município, perante a Administração Municipal e fora dela;
- IV - representar o Município na celebração de convênios e celebrar termos de cooperação com órgãos da Advocacia Pública dos demais entes federativos, para a cooperação mútua no desempenho das atribuições do Procurador do Município, notadamente nas ações judiciais movidas fora do Município, observadas as normas regulamentares;
- V - propor ao Prefeito a declaração de nulidade de atos administrativos da Administração Direta;
- VI - representar ao órgão competente sobre a inconstitucionalidade de leis e emendas constitucionais ou ilegalidade de atos administrativos de qualquer natureza;
- VII- desistir, transigir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse da Fazenda do Município;
- VIII - receber citações e notificações nas ações propostas contra o Município;
- IX - definir parâmetros, nos casos não previstos em lei, para o não ajuizamento, desistência, transação, compromisso e confissão nas ações judiciais de interesse do Município, bem como para a dispensa de inscrição na dvida ativa;
- X - elaborar a proposta orçamentária da Procuradoria Geral do Município, em conformidade com a lei de diretrizes orçamentárias, e remetê-la à autoridade competente, para inclusão no projeto de lei orçamentária anual;
- XI - definir a posição processual do Município nas ações populares e civis públicas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

TITULO III

DA ESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I

Art. 9 – O cargo de Procurador Geral do Município de Guatapar, exercido por Procurador do Município confirmado na carreira, é de provimento em comissão, de livre nomeao e exonerao do Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III

DA LOTAÇÃO

Art. 10 - Os Procuradores do Município serão lotados na Procuradoria municipal.

CAPÍTULO IV

DO CONCURSO DE INGRESSO

Art. 11 - O ingresso na carreira de Procurador do Município dar-se-á mediante aprovao prévia em concurso público de provas e títulos, e será realizado mediante autorizao do Prefeito do Município quando houver cargo vago.

 1 - O concurso será através de provas escritas, com caráter eliminatório, e avaliao de títulos.

 2 - Na avaliao de títulos somente serão computáveis:

I - título de doutor em direito conferido por Faculdade de Direito oficial ou reconhecida, ou por Escola de Direito estrangeira de reconhecido valor;

II - título de docente, por concurso, em Faculdade de Direito oficial ou reconhecida;

III - diploma ou certificado de conclusão de curso de especializao, mestrado, extensão universitária ou equivalente, com durao mínima de 2 (dois) anos, ministrado por Faculdade de Direito oficial ou reconhecida, ou por Escola de Direito estrangeira de reconhecido valor;

IV - exercício, por mais de 1 (um) ano, de cargo, emprego ou funo de natureza jurídica em entidades da administrao direta e indireta, inclusive fundaoes; estágio como estudante de Direito, na Procuradoria do Município com durao de ao menos 1 (um) ano;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 12 - O Prefeito indicará os membros que comporão a Comissão de Concurso de Ingresso, podendo, na forma da legislao municipal, convidar pessoas ilibadas e com conhecimento jurídico para composio do órgão temporário.

Art. 13 - O edital conter as matérias sobre as quais versarão as provas, respectivos programas e critérios de avaliao dos títulos, assim como o número de cargos vagos existentes.

Art. 14 - São requisitos para inscrio:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado;

II - haver recolhido a taxa de inscrio fixada no edital, se fixada.

§ 1 - O edital poderá estabelecer outros requisitos para inscrio ou aprovao no concurso de ingresso, especialmente nota mínima para aprovao em cada matéria.

§ 2 - O edital estabelecer o prazo de validade do concurso e a possibilidade de aproveitamento de candidatos habilitados, observada a ordem de classificao.

CAPÍTULO V

DA NOMEAO

Art. 15 - Os cargos da carreira de Procurador do Município serão providos em caráter efetivo, por nomeao, obedecida a ordem de classificao no concurso público de que trata o capítulo anterior.

CAPÍTULO VI

DA POSSE

Art. 16 - Os Procuradores do Município serão empossados pelo Prefeito, em cerimnia pública designada para esse fim, mediante assinatura de termo de compromisso em que o empossado prometa cumprir fielmente os deveres do cargo.

Parágrafo nico - é de 30 (trinta) dias, contados da publicao do decreto de nomeao, o prazo para a posse de Procurador do Município, prorrogável por igual período a critério do Prefeito, sob pena de insubsistência do ato de provimento.

Art. 17 - São condioes para a posse:

I - estar quite com o serviço militar ou o serviço alternativo atribuído pelas Forças Armadas, na forma da lei;

II - estar quite com a Justiça Eleitoral e em gozo dos direitos políticos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

III - estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, na condio de Advogado;

IV - ter boa conduta, comprovada por declarao do próprio interessado de que:

a) não ter tido condenao criminal definitiva;

b) não ter tido aplicao de pena de demissão nos últimos 5 (cinco) anos ou de demissão a bem do serviço público nos últimos 10 (dez) anos;

V - apresentar declarao de bens.

CAPITULO VII

DO EXERCÍCIO

Art. 18 - O Procurador do Município deverá entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias a contar da posse, prorrogável por igual período, a critério do Prefeito, sob pena de exonerao.

CAPÍTULO VIII

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 19 - Os 3 (três) primeiros anos de exercício no cargo de Procurador do Município servirão para verificao do preenchimento dos requisitos mínimos necessários à sua confirmao na carreira, especialmente conduta profissional compatível com o exercício do cargo.

Art. 20 - A verificao do cumprimento dos requisitos de que trata o artigo 19 desta Lei Complementar será feita pelo Chefe do Poder Executivo, até 120 (cento e vinte) dias antes do término do estágio, relatório circunstanciado sobre a conduta e o desempenho profissional do Procurador do Município, concluindo, fundamentadamente, sobre sua confirmao ou exonerao.

Parágrafo nico - O Prefeito abrir o prazo de 10 (dez) dias para defesa do interessado, caso o parecer do Procurador Geral seja pela exonerao, e decidirá pelo acolhimento, ou não, de eventual defesa ofertada.

CAPÍTULO IX

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 21 - Os Procuradores do Município sujeitam-se  jornada de trabalho, caracterizada pela exigência da prestao de 20 (vinte) horas semanais de trabalho, permitido o exercício da advocacia fora do âmbito das atribuioes previstas nesta lei complementar, desde que demonstrada a compatibilidade de horário e observadas as incompatibilidades e impedimentos previstos na Lei Federal n.é 8.906, de 4 de julho de 1994.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

CAPÍTULO X

DO REINGRESSO

Art. 22 - O reingresso na carreira de Procurador do Município dar-se- somente por reintegrao, reversão ou aproveitamento.

Art. 23 - Reintegrao é o reingresso do Procurador do Município em decorrência de decisão judicial transitada em julgado.

Art. 24 - Reversão é o reingresso do Procurador do Município aposentado por invalidez quando insubsistentes as razões que determinaram o ato de aposento.

 1 - A reversão somente poderá efetivar-se quando, em inspeo médica, ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo.

Art. 25 - Aproveitamento é o reingresso do Procurador do Município em disponibilidade.

 1 - Em nenhum caso poderá se efetivar o aproveitamento sem que, mediante inspeo médica, fique provada a capacidade para o exercício do cargo.

 2 - Será tornado sem efeito o ato de aproveitamento e cessada a disponibilidade do Procurador do Município que não comparecer  inspeo de saúde ou não assumir o exercício no prazo legal.

CAPÍTULO XII

DA EXONERAO E DA DEMISSÃO

Art. 26 - A exonerao será concedida ao Procurador do Município mediante requerimento, com efeito retroativo à data do protocolo.

Art. 27 - A demissão do Procurador do Município s poderá ocorrer em decorrência de processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa, na conformidade desta Lei Complementar.

TÍTULO IV

DOS DIREITOS, DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

CAPÍTULO I DAS FÉRIAS, DAS LICENÇAS E DOS AFASTAMENTOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 28 - O Procurador do Município terá direito ao gozo de 30 (trinta) dias de férias anuais, podendo ser divididas em períodos de 15 (quinze) dias.

Parágrafo nico - é proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade de serviço e pelo máximo de 2 (dois) anos consecutivos.

Art.29 - Os afastamentos de qualquer natureza somente serão concedidos mediante prévia aprovação do Chefe do Poder Executivo, depois de ouvido o Procurador Geral do Município, sob pena de nulidade do ato, exceto para exercer:

I - mandato eletivo;

II - cargo de Secretário do Município ou equivalente.

Parágrafo nico - é vedado o afastamento durante o estágio probatório, exceto para a participação em certames científicos de duração inferior a 1 (uma) semana e nas hipóteses mencionadas nos incisos I e II deste artigo.

CAPÍTULO II

DAS PRERROGATIVAS E DAS GARANTIAS

Art. 30 - São prerrogativas e garantias do Procurador do Município, além das previstas em lei, notadamente a que dispo sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB:

I - não ser constrangido, por qualquer modo ou forma, a agir em desconformidade com a sua consciência tico-profissional;

II - requisitar auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;

III - requisitar das autoridades municipais competentes certidões, informações, autos de processo administrativo, documentos e diligências necessários ao desempenho de suas funções nos prazos e condições fixadas em decreto;

IV - utilizar-se dos meios de comunicação municipais quando o interesse do serviço o exigir;

V - postular em juízo ou fora deste sem instrumento de mandato e com dispensa de emolumentos e custas;

VI - ter garantida a irredutibilidade de vencimentos, nos termos da Constituição Federal;

VII - dispor de instalações condignas e compatíveis com o exercício de suas funções;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

VIII - ter acesso a dados e informaes relativos à sua pessoa existentes nos órgãos da Prefeitura de Guatapar , com direito  retificação e  complementação, se o caso;

IX - ter garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício de suas funções, observado o disposto no inciso II do artigo 31 desta Lei Complementar.

TÍTULO V

DOS DEVERES, DA PROIBIÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS

CAPÍTULO I

DOS DEVERES E DAS PROIBIOES

Art. 31 - São deveres do Procurador do Município, entre outros previstos em lei:

I - defender a ordem jurídica, pugnar pela boa aplicação das leis vigentes, especialmente as normas municipais, e pela celeridade da administração da justiça;

II - desempenhar com zelo e presteza, dentro dos prazos, os serviços a seu cargo e os que, na forma da lei, lhe forem atribuídos pelo Procurador Geral;

III - proceder na vida pública e privada de forma que dignifique a função pública;

IV - zelar pelos bens confiados  sua guarda;

V - observar, nos casos indicados em lei, sigilo quanto  matéria dos procedimentos judiciais e administrativos em que atuar, sendo pessoalmente responsável por toda manifestação, em qualquer meio de divulgação, a respeito de matéria judicial ou administrativa a seu cargo;

VI - manter assiduidade;

VII - comparecer no local de trabalho e ou em outras repartições públicas, quando no exercício das funções ou em razão dela, sempre adequadamente vestido, na conformidade da tradição de seu cargo;

VIII- representar sobre irregularidades que afetem o bom desempenho de suas atribues;

IX - sugerir providências tendentes ao aperfeiçoamento dos serviços;

X - manter atualizados os seus dados pessoais.

Art. 32 - Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, ao Procurador do Município é vedado:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- I - aceitar cargo, emprego ou função pública fora dos casos autorizados em lei;
- II - empregar em qualquer expediente oficial, ou intervenção oral, expressão ou termo incompatíveis com o dever de urbanidade, tal como definido pelo Código de tica e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;
- III - valer-se da qualidade de Procurador do Município para obter qualquer vantagem;
- IV - exercer o magistério em desacordo com a Constituição Federal.

CAPÍTULO II

DOS IMPEDIMENTOS E DAS SUSPEIOES

Art. 33 - é defeso ao Procurador do Município exercer suas funoes em processo judicial ou administrativo:

- I - em que seja parte ou de qualquer forma interessado;
- II - em que haja atuado como advogado de qualquer das partes;
- III - em que seja parte ou tenha interesse cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- IV - nos casos previstos na legislação processual e na lei que dispo sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

Art. 34- O Procurador do Município não poderá participar de Comissão ou Banca de Concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, bem como seu cônjuge ou companheiro.

Parágrafo nico - O Procurador do Município dar-se- por suspeito quando:

- I - houver interesse moral;
- II - houver proferido parecer favorável  pretensão deduzida em jzo pela parte adversa;
- III - ocorrer qualquer dos demais casos previstos na legislação processual.

Art. 35 - Nas hipóteses previstas neste capítulo, o Procurador do Município comunicará ao Procurador Geral, em expediente próprio, os motivos do impedimento ou da suspeição, para que este os acolha ou rejeite.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Parágrafo nico - Aplicam-se ao Procurador Geral as disposições deste capítulo, observando-se que o expediente deverá ser encaminhado, por meio de ato fundamentado, ao Prefeito Municipal para designação de substituto.

TÍTULO VI

DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DAS ATIVIDADES CORRECIONAIS

Art. 36 - Qualquer pessoa poderá representar ao Procurador Geral sobre abusos, erros ou omissões cometidos por integrantes da carreira de Procurador do Município.

Art. 37 - Concluída a análise, o Procurador Geral apresentar ao Prefeito relatório circunstanciado dos fatos apurados e das providências adotadas, propondo as que excedam às suas atribuições.

CAPÍTULO II

DAS INFRAOES, PENALIDADES E PRESCRIÇÃO

Art. 38 - Os Procuradores do Município são passíveis das seguintes sanções disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão;

III - multa;

IV - demissão;

V - demissão a bem do serviço público.

Art. 39 - As sanções previstas no artigo 38 desta Lei Complementar serão aplicadas:

I - de repreensão, em casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres;

II - de suspensão, que não exceder a 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência;

III - de multa será aplicada na forma e nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento;

IV - de demissão, nos casos de:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

- a) abandono de cargo, consistente na interrupção do exercício pelo Procurador do Município por mais de 30 (trinta) dias consecutivos;
- b) inassiduidade, por ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, no período de 12 (doze) meses;
- c) procedimento irregular de natureza grave;
- d) ineficiência no serviço;
- e) aplicação indevida de recursos públicos.

V - de demissão a bem do serviço público, nos casos de:

- a) lesão dolosa aos cofres públicos, dilapidação do patrimnio municipal ou de bens confiados  sua guarda;
- b) aceitação ilegal de cargo, emprego ou função pública;
- c) exercício da advocacia contra o Município de Guatapar;
- d) prática de ato com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública;
- e) prática de ato definido como crime contra a Administração Pública, a f pública e a Fazenda Municipal, ou previsto nas leis relativas  segurança e  defesa nacional;
- f) prática de outros atos definidos como crime apenados com reclusão ou crime inafianavel e imprescritível, nos termos da Constituição Federal;
- g) prática de ato definido em lei como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou oculto de bens, direitos ou valores;

 1 - Considera-se reincidência, para os efeitos desta Lei Complementar, a prática de nova infração, dentro de 5 (cinco) anos, contados do cumprimento da sanção disciplinar.

Art. 40 - Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-o os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço público.

Art. 41 - As penas serão impostas pelo Prefeito, devendo constar do assentamento individual do punido.

Art. 42 - Extingue-se a punibilidade pela prescrição:

I - em 2 (dois) anos, da infração punível com repreensão, suspensão ou multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

II - em 5 (cinco) anos, da infração punível com demissão e demissão a bem do serviço público;

III - no prazo da prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos, na hipótese de a infração ser prevista em lei como infração penal.

Art. 43 - A prescrição começa a correr:

I - do dia em que a falta for cometida;

II - do dia em que tenha cessado a continuação ou a permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.

 1 - Interrompe a prescrição a portaria que instaura sindicância ou a que instaura processo administrativo.

 2 - O lapso prescricional corresponde:

I - na hipótese de desclassificação da infração, ao da pena efetivamente aplicada;

II - na hipótese de mitigação ou atenuação, ao da pena em tese cabível.

 3 - A prescrição não corre:

I - enquanto sobrestado o procedimento administrativo para aguardar decisão judicial;

II - enquanto insubsistente o vínculo funcional que venha a ser restabelecido.

 4 - A decisão que reconhecer a existência de prescrição deverá determinar desde logo, quando for o caso, as providências necessárias  apuração da responsabilidade pela sua ocorrência.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

SEÇÃO I

DAS DISPOSIOES GERAIS

Art. 44 - As infraoes disciplinares imputadas a Procurador do Município serão apuradas mediante os seguintes procedimentos, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - sindicância, quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de repreensão, suspensão ou multa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

II - processo administrativo, quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar as penas de demissão e de demissão a bem do serviço público.

§ 1 - Os procedimentos disciplinares de que trata este artigo serão realizados exclusivamente pela Procuradoria Geral do Município e presididos pelo Procurador Geral ou seu substituto designado, tero caráter sigiloso, exceto a decisão final e a que julgar recurso ou revisão, que serão publicadas no Diário Oficial do Município, dentro do prazo de 8 (oito) dias, e averbadas no registro funcional do Procurador do Município, não podendo ser sobrestados, salvo para aguardar decisão judicial, mediante despacho motivado do Prefeito.

§ 2 - Quando não houver elementos suficientes para a caracterizao da infrao ou da sua autoria, será instaurada apurao preliminar, de natureza investigativa.

Art. 45 - Os procedimentos disciplinares de que trata esta Lei Complementar serão instaurados por provocao do Procurador Geral, ou do Prefeito.

Art. 46 - Determinada a instaurao de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, ou no seu curso, havendo conveniência para a instruo ou para o serviço, poderá o Procurador Geral ou seu substituto designado, por despacho fundamentado, recomendar ao Prefeito a adoo das seguintes providências:

I - afastamento preventivo do Procurador do Município, quando o recomendar a moralidade administrativa ou a apurao do fato, sem prejuízo de vencimentos ou vantagens, até 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis umanica vez por igual período;

II - designao do Procurador do Município acusado para o exercício de atividades exclusivamente burocráticas até decisão final do procedimento;

III - comparecimento obrigatório, em periodicidade a ser estabelecida, para tomar ciência dos atos do procedimento.

§ 1 - O Procurador Geral poderá representar ao Prefeito para propor a aplicao das medidas previstas neste artigo, bem como sua cessão ou alterao.

§ 2 - O Prefeito poderá, a qualquer momento, por despacho fundamentado, fazer cessar ou alterar as medidas previstas neste artigo.

Art. 47- O período de afastamento preventivo computa-se como de efetivo exercício, não sendo descontado da pena de suspensão eventualmente aplicada.

Art. 48- Nas hipóteses previstas no artigo 38, inciso I, e após a portaria de instaurao da sindicância a que se refere o artigo 49, ambos desta Lei Complementar, o Prefeito Municipal propor ao Procurador do Município acusado a suspensão do procedimento pelo prazo de 1 (um) ano, desde que não tenha sido apenado por outra infrao disciplinar nosltimos 5 (cinco) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 1º - O Prefeito Municipal especificar as condioes da suspensão, em especial a apresentao de relatorios trimestrais de atividades e a frequencia regular sem faltas injustificadas.

§ 2º - A suspensão será revogada se o beneficiario vier a ser processado por outra falta disciplinar ou se descumprir as condioes estabelecidas no § 1º deste artigo, prosseguindo-se, nestes casos, os procedimentos disciplinares cabíveis.

§ 3º - Expirado o prazo da suspensão e tendo sido cumpridas suas condioes, o Prefeito fará a declarao da extino da punibilidade.

§ 4º - Não será concedido novo benefício idêntico durante o dobro do prazo da anterior suspensão, contado da declarao de extino da punibilidade, na forma do § 3º deste artigo.

§ 5º - Durante o período da suspensão não correrá prazo prescricional, ficando vedado ao Procurador do Município acusado ocupar cargo em comissão ou exercer funo de confiança.

SEÇÃO II

DA SINDICÂNCIA

Artigo 49 - Aplicam-se  sindicância as regras previstas nesta Lei Complementar para o processo administrativo disciplinar, com as seguintes modificaoes:

I - a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 3 (três) testemunhas;

II - a sindicância deverá estar concluída em 60 (sessenta dias).

SEÇÃO III

O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 50 - O processo administrativo disciplinar será instaurado mediante portaria do Prefeito Municipal, no prazo de 8 (oito) dias contados do recebimento da provocao a que se refere o art. 44 desta Lei Complementar.

§ 1º - A portaria deverá conter o nome e a identificao do acusado, a infrao que lhe  atribuída, com descrio dos fatos, indicao das normas infringidas e a penalidade mais elevada em tese cabível.

§ 2º - As publicaoes relativas a processo administrativo disciplinar mencionero o respectivo número, omitindo o nome do acusado, que será identificado pelas iniciais, exceto na citao por edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 3º - As citações e intimações no processo administrativo disciplinar serão feitas no prazo de 10 (dez) dias e as notificações das partes e dos interessados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas antes da realização do ato processual objeto da respectiva comunicação.

Art. 51 - A autoridade processante será secretariada por servidor municipal, devidamente compromissado para tal fim.

Art. 52- Aplicam-se à autoridade processante e ao secretário as hipóteses de impedimento e suspeição previstas nesta lei complementar.

Art. 53 - O Procurador Geral deverá comunicar, desde logo, ao Prefeito impedimento ou suspeição que houver.

Art. 54 - Autuada a portaria e demais peças preexistentes, designará a autoridade processante dia e hora para audiência de interrogatório, determinando a citação do acusado e a notificação do denunciante, se houver.

Art. 55 - O acusado será citado pessoalmente e poderá constituir advogado, que será intimado por publicação no Diário Oficial do Município para os atos do processo.

§ 1º - O mandado de citação deverá conter:

I - cópia da portaria;

II - data, hora e local do interrogatório, que poderá ser acompanhado pelo advogado do acusado;

III - data, hora e local da oitiva do denunciante, se houver, que poderá ser acompanhada pelo advogado do acusado;

IV - cientificação de que o acusado será defendido por advogado dativo, caso não constitua advogado próprio;

V - informação de que o acusado poderá arrolar testemunhas e requerer provas, no prazo de 3 (três) dias após a data designada para seu interrogatório;

VI - advertência de que o processo será extinto se o acusado pedir exoneração até o interrogatório, quando se tratar exclusivamente de abandono de cargo ou de inassiduidade.

§ 2º - A citação do acusado será feita pessoalmente ou por via postal, com aviso de recebimento.

§ 3º - Não sendo encontrado ou furtando-se à citação, o acusado será citado por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Município, no mínimo 10 (dez) dias antes do interrogatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 4º - Não comparecendo o acusado, será declarada sua revelia, designando-se para promover-lhe a defesa um advogado dativo, salvo se o indiciado constituir advogado, o que poderá fazer a qualquer tempo.

§ 5º - O advogado será intimado por publicao no Diário Oficial do Município, de que conste seu nome e número de inscrio na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, bem como os dados necessários  identificao do procedimento.

Art. 56 - Havendo denunciante, este deverá prestar declaraoes, no interregno entre a data da citao e a fixada para o interrogatório do acusado, sendo notificado para tal fim.

§ 1º - A oitiva do denunciante deverá ser acompanhada pelo advogado do acusado, próprio ou dativo.

§ 2º - O acusado não assistir  inquirio do denunciante, podendo, antes de ser interrogado, ter ciência das declaraoes que aquele houver prestado.

Art. 57 - A autoridade processante indeferir os requerimentos impertinentes ou meramente protelatórios, fundamentando a decisão, da qual se intimará o acusado.

Art. 58 - Comparecendo ou não o acusado ao interrogatório, inicia-se o prazo de 3 (três) dias para requerer a produo de provas, ou apresentá-las.

§ 1º - A autoridade processante e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

§ 2º - A prova de antecedentes do acusado será feita exclusivamente por documentos, até as alegaoes finais.

§ 3º - Até a data do interrogatório, será designada a audiência de instruo.

Art. 59 - Na audiência de instruo, serão ouvidas, pela ordem, as testemunhas arroladas pela autoridade processante e pelo acusado.

Parágrafo nico - Tratando-se de servidor público, seu comparecimento poderá ser solicitado ao respectivo superior imediato com as indicaoes necessárias.

Art. 60 - A testemunha não poderá se eximir de depor, salvo se for ascendente, descendente, cônjuge, ainda que legalmente separado, companheiro, irmão, sogro e cunhado, pai, mãe ou filho adotivo do acusado, exceto quando não for possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.

§ 1º - Se o parentesco das pessoas referidas for com o denunciante, ficam elas proibidas de depor, observada a exceo deste artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 2º - O servidor que se recusar a depor, sem justa causa, terá suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração pela autoridade competente, até que satisfaça essa exigência, mediante comunicação da autoridade processante.

§ 3º - São proibidas de depor as pessoas que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem testemunhar.

Art. 61 - A testemunha que morar em município diverso poderá ser inquirida por meio de apoio solicitado a Municipalidade em que resida.

Art. 62 - As testemunhas arroladas pelo acusado comparecerão  audiência designada, independentemente de notificação.

§ 1º - Deverá ser notificada a testemunha cujo depoimento for relevante e que não comparecer espontaneamente.

§ 2º - Se a testemunha não for localizada, a defesa poderá substituí-la, se quiser, levando na mesma data designada para a audiência outra testemunha, independentemente de notificação.

Art. 63 - Havendo mais de um acusado os prazos serão comuns e em dobro.

Art. 64 - Em qualquer fase do processo administrativo disciplinar, poderá a autoridade processante, de ofício ou a requerimento da defesa, ordenar diligências que entenda convenientes

§ 1º - As informações necessárias  instrução do processo serão solicitadas diretamente, sem observância de vinculação hierárquica, mediante ofício, do qual cópia será juntada aos autos.

§ 2º - As informações a que se refere o §1º deste artigo poderão ser obtidas por meio eletrnico oficial, devendo ser juntada por via impressa aos autos.

§ 3º - Sendo necessário o concurso de técnicos ou de peritos oficiais, a autoridade processante os solicitar.

Art. 65 - Durante a instrução, os autos do processo administrativo disciplinar permanecerão na repartição competente.

§ 1º - Será concedida ao acusado vista dos autos, mediante simples solicitação, desde que não prejudique o curso do procedimento, bem como extração de cópias, por meio de requerimento e com especificação das peças processuais de seu interesse.

§ 2º - A concessão de vista será obrigatória, no prazo para manifestação do acusado ou para apresentação de recursos, mediante publicação no Diário Oficial do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 3º - Não corre o prazo senão depois da publicação a que se refere o § 2º deste artigo e desde que os autos estejam efetivamente disponíveis para vista.

§ 4º - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu representado, salvo na hipótese de prazo comum, quando existirem nos autos documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos na repartição, reconhecida pela autoridade processante em despacho motivado.

Art. 66 - Serão indeferidos pela autoridade processante, mediante decisão fundamentada, os requerimentos desnecessários ao esclarecimento do fato e as provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 67 - Quando, no curso do procedimento, surgirem fatos novos imputáveis ao acusado, poderá ser promovida a instauração de novo procedimento para sua apuração ou, caso conveniente, aditada a portaria, reabrindo-se oportunidade de defesa.

Art. 68 - Encerrada a fase probatória, dar-se- vista dos autos à defesa, que poderá apresentar alegações finais, no prazo de 7 (sete) dias.

Parágrafo nico - Não apresentadas no prazo as alegações finais, a autoridade processante designará advogado dativo, assinando-lhe novo prazo.

Art. 69 - O relatório deverá ser apresentado no prazo de 10 (dez) dias, contados da apresentação das alegações finais.

§ 1º - O relatório deverá descrever, em relação a cada acusado, separadamente, as irregularidades imputadas, as provas colhidas e as razões de defesa, propondo a absolvição ou a punição, indicando, neste caso, a pena que entender cabível.

§ 2º - O relatório deverá conter, também, a sugestão de quaisquer outras providências de interesse do serviço público.

Art. 70 - Concluido o procedimento com a elaboração do relatório opinativo, os autos serão enviados ao Prefeito, para deliberação.

Parágrafo nico - O Prefeito poderá:

- I - determinar ou propor novas diligências;
- II - reconhecer a existência de defeitos ou de nulidades e determinar ou propor as providências para o saneamento, quando for o caso;
- III - determinar o arquivamento, com a absolvição do acusado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

IV – aplicar a penalidade proposta pelo Procurador Geral ou seu substituto; e

V - determinar ou propor qualquer providência de interesse da Administração.

Art. 71 - Tero forma processual resumida, quando possível, todos os termos lavrados pelo secretário, quais sejam: autuação, juntada, conclusão, intimação, data de recebimento, bem como certidões e compromissos.

 1 - Toda e qualquer juntada aos autos far-se- na ordem cronológica da apresentação, rubricando o secretário designado as folhas acrescidas.

 2 - Todos os atos ou decisões, cujo original não conste do processo, nele deverão figurar por cópia.

Art. 72 - Constará sempre dos autos da sindicância ou do processo administrativo a folha de serviço atualizada do indiciado.

Art.73 - Quando ao Procurador do Município se imputar crime, praticado na esfera administrativa, o Procurador Geral ou o substituto designado, providenciará para que se instaure, simultaneamente, o inqrito policial.

Art. 74 - Quando o ato atribuído ao Procurador do Município for considerado criminoso, serão remetidas à autoridade competente cópias autenticadas das peças essenciais do processo.

Art. 75 - Não será declarada a nulidade de nenhum ato processual que não houver influenciado na apuração da verdade substancial ou diretamente na decisão do processo administrativo disciplinar ou sindicância.

Art. 76 - Ao término do processo administrativo, os autos serão arquivados na Procuradoria Geral do Município.

Art. 77 - Decorridos 5 (cinco) anos de efetivo exercício, contados da data do cumprimento da sanção disciplinar, sem cometimento de nova infração, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do acusado, inclusive para efeito de reincidência.

Parágrafo nico - A demissão e a demissão a bem do serviço público acarretam a incompatibilidade para nova investidura em cargo, função ou emprego público, pelo prazo de 5 (cinco) e 10 (dez) anos, respectivamente.

Art. 78 - O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar é de 90 (noventa) dias contados da data da citação do acusado.

SEÇÃO IV

DO PROCESSO POR ABANDONO DO CARGO E POR INASSIDUIDADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 79 - Verificada a ocorrência de faltas ao serviço que caracterizem abandono de cargo, bem como inassiduidade, o Procurador Geral comunicará o fato ao Prefeito Municipal para determinar a instaurao de processo disciplinar, instruindo a representao com atestados de frequência.

Art. 80 - Não será instaurado processo para apurar abandono de cargo, bem como inassiduidade, se o Procurador do Município tiver pedido exonerao.

Art. 81 - Extingue-se o processo instaurado exclusivamente para apurar abandono de cargo, bem como inassiduidade, se o indiciado pedir exonerao até a data designada para o interrogatório, ou por ocasião deste.

Art. 82 - A defesa s poderá versar sobre força maior, coao ilegal ou motivo legalmente justificável.

SEO V

DOS RECURSOS

Art. 83 - Da decisão que aplicar a penalidade caberá pedido de reconsiderao dirigido ao Prefeito.

 1 - O recurso, cabível umanica vez, da decisão que aplicar penalidade, será interposto pelo acusado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicao da decisão impugnada no Diário Oficial do Município ou da intimao pessoal do Procurador do Município, quando for o caso.

 2 - Do recurso deverá constar, além do nome e da qualificao do recorrente, a exposio das razões de inconformismo.

 3 - A pena imposta não poderá ser agravada pela decisão do recurso.

 4 - O recurso será apreciado ainda que incorretamente denominado.

Artigo 84 - O recurso não tem efeito suspensivo e os que forem providos darão lugar às retificaes necessárias, retroagindo seus efeitos  data do ato punitivo.

CAPÍTULO IV

DA REVISÃO

Art. 85 - Admitir-se-, a qualquer tempo, a revisão de punio disciplinar de que não caiba mais recurso, se surgirem fatos ou circunstâncias ainda não apreciadas, ou vícios insanáveis de procedimento, que possam justificar reduo ou anulao da pena aplicada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

§ 1º - A simples alegao da injustiça da decisão não constitui fundamento do pedido de revisão

§ 2º - Não será admitida reiterao de pedido de revisão pelo mesmo fundamento.

§ 3º - Os pedidos de revisão formulados em desacordo com este artigo serão indeferidos.

§ 4º - O nus da prova cabe ao requerente.

Art. 86 - A pena imposta não poderá ser agravada pela revisão.

Art. 87 - A instaurao de processo revisional poderá ser requerida fundamentadamente pelo interessado ou, se falecido ou incapaz, por seu curador, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão, sempre por intermédio de advogado.

Parágrafo nico - O pedido será instruido com as provas que o requerente possuir ou com a indicao daquelas que pretenda produzir.

Art. 88 - O Prefeito será competente para admitir o pedido de revisão.

Art. 89 - Admitido o processamento da revisão, o pedido será encaminhado ao Prefeito Municipal, que determinar seu apensamento ao procedimento disciplinar original e notificará o requerente para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer rol de testemunhas, ou requerer outras provas que pretenda produzir.

Parágrafo nico - No processamento da revisão serão observadas as normas previstas nesta Lei Complementar para o processo administrativo disciplinar.

Art. 90 - Encerrada a instruo, será aberta vista ao requerente para, no prazo de 3 (três) dias, apresentar alegaes finais.

Art. 91 - Decorrido o prazo de que trata o artigo 89 desta Lei Complementar, e dentro de 30 (trinta) dias, o Procurador designado elaborar relatório conclusivo sobre a procedência ou não do pedido e enviará os autos ao Prefeito para decisão.

Parágrafo nico - Caberá ao Prefeito, decidir sobre o pedido de revisão, no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das diligências que entender necessárias para melhor esclarecimento dos fatos.

Art. 92 - A decisão que jlgar procedente a revisão poderá alterar a classificao da infrao, absolver o punido, modificar a pena ou anular o processo, restabelecendo os direitos atingidos pela decisão revisada.

TÍTULO VII



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 93 - Os vencimentos da carreira de Procurador do Município, são os equivalentes a Referência 017-A da Lei Complementar n.º 164 de 06 de maio de 2019.

§ 1º - As vantagens pecuniárias dos integrantes da carreira de Procurador do Município são as descritas na Lei Complementar n.º 037/05, arts. 09/10/11.

Art. 94 - Os Procuradores do Município, quando necessário o deslocamento para outro Município, farão jus a ajuda de custo, na forma fixada na Lei municipal.

Art. 95- Esta lei complementar e suas disposições transitórias entram em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário

Art. 96 - Os recursos necessários ao atendimento desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 97 - Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração